

R E S E N H A

Homenagem a Francisco Iglésias

Historiadores do Brasil: capítulos de historiografia brasileira,
Rio de Janeiro/Belo Horizonte, Nova Fronteira/UFMG, 2000, 251 p.

Maria Yedda Leite Linhares

Professora emérita da UFRJ.

Este livro, editado e publicado após a morte de Francisco Iglésias, foi a homenagem mais justa e carinhosa que suas irmãs Teresinha e Marlene Iglésias poderiam prestar à memória de um irmão querido e de um intelectual entre os mais dignos e memoráveis que nosso país já produziu. Coube a seus amigos e companheiros de percurso intelectual na Universidade Federal de Minas Gerais e no Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada a tarefa de pesquisar os arquivos de Iglésias, recolher o texto escrito nos últimos anos de sua vida e dar-lhe o formato agora publicado, segundo um roteiro de capítulos já deixado, como 'sugestão inicial', pelo próprio Iglésias.



Assim, a publicação dos capítulos de historiografia brasileira, como hoje se apresenta, respeitou a estrutura indicada pelo autor, embora a João Antônio de Paula, entre outros companheiros de trabalho, devamos a cuidadosa tarefa de montar o texto definitivo, amigo, discípulo, admirador que foi, durante muitos anos, de nosso inesquecível Chico Iglésias. Sem Iglésias, ficamos mais sozinhos, em meio a uma sensação de vazio, de irrecuperável empobrecimento. Os que tiveram, como eu, como nós, o privilégio de viver e envelhecer ouvindo suas histórias e estórias de vida, com humor e ironia, erudição e sensibilidade em matéria literária, bem como em cinema, música e artes em geral, sentimo-nos

pobres, tristes e sós.

Obra póstuma e certamente atual, vem preencher um vazio e cumprir papel importante, como é assinalado na nota introdutória, ao ser lembrado que é, ao mesmo tempo, “um prêmio aos leitores que aprenderam a admirar tanto o estilo elegante e fluente, quanto a capacidade de pesquisa, quanto o espírito crítico e lúcido do autor”. Suas preferências literárias refletiam o bom gosto, a erudição, o espírito refinado, qualidades intelectuais de poucos entre nós, apanágio, no entanto, de dois de nossos mestres e dos quais Iglésias mais se aproximava, também amigos e pares, na esfera historiográfica, sociológica e literária: Sérgio Buarque de Holanda e Antônio Cândido. Iglésias, entretanto, embora detentor da cátedra de história econômica, mais se distinguiu no campo da história política como pesquisador e produtor de conhecimento. Seu espírito crítico, porém aliado a uma bem dosada capacidade de síntese – o como fazer e o como construir o conhecimento –, ressaltando o essencial, levou-o a dedicar atenção especial à historiografia, ou seja, à análise do processo criativo do historiador no ato de pesquisar e sintetizar, e de produzir a escrita da história.

Infenso aos *modismos*, Iglésias atravessou elegantemente e com independência as mudanças de rumo da explicação histórica, na esfera acadêmica, sempre com pinceladas de espírito crítico e, no mais das vezes, irreverente e indiferente aos

cânones *que vêm e vão*. Leitor atento, acompanhava as reviravoltas internacionais, nos mais variados campos do conhecimento, percorrendo da literatura à música, da política às novas revoluções na ciência e na tecnologia, dos comportamentos coletivos à nova maneira de falar, de dançar, de viver. Era um excelente contador de *estórias*, crítico mordaz de costumes, jamais complacente com a mediocridade. Foi protagonista, por vezes hilariante, de alguns episódios curiosos como aquele que ocorreu em Paris, em 1971, ao chegar com pequeno atraso para almoçar na minha casa; desculpou-se então, explicando que o motorista do táxi era muito agradável e inteligente, versado nas idéias de Sartre, e ficou, a pedido do próprio Iglésias, dando voltas na Place Monge até concluir sua exposição.

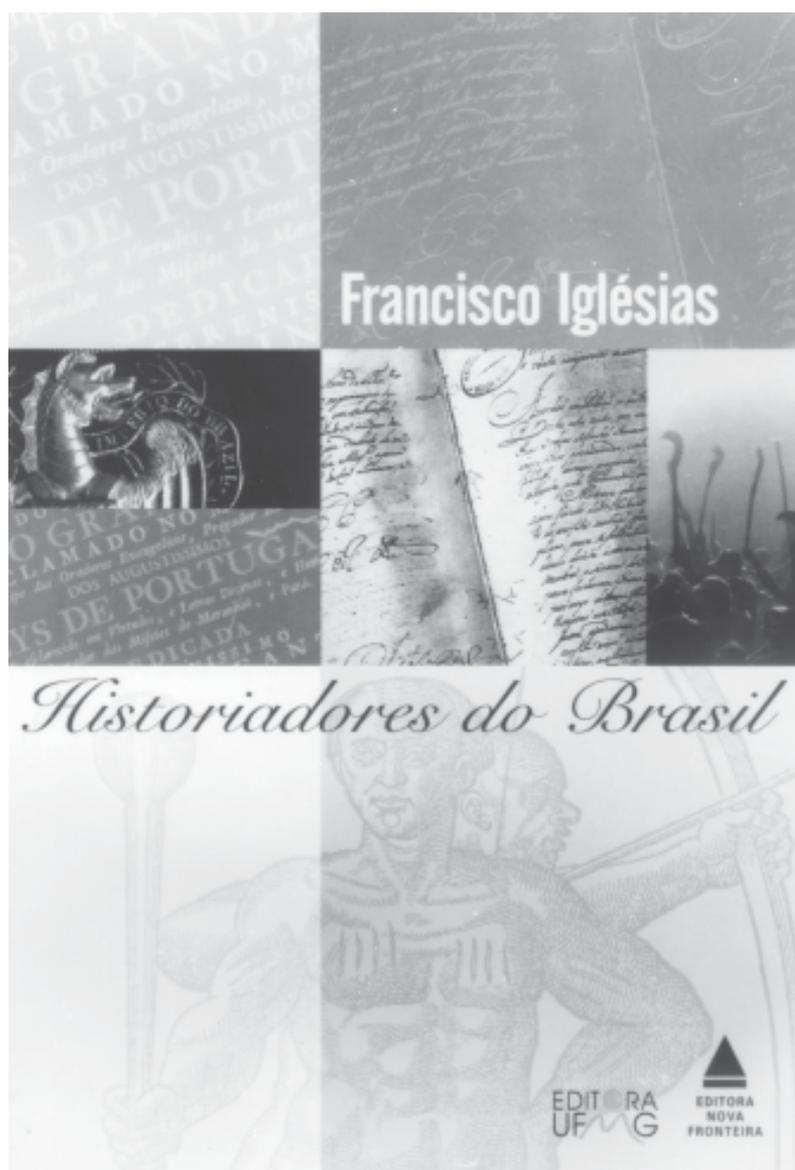
Assim era nosso historiador, integrado no seu tempo, no seu mundo. Irônico, curioso, aberto a todas as manifestações culturais e humanas, irascível com a mediocridade e a incompetência. Jamais pactuou com a desonestidade, quer política quer intelectual, sendo rigoroso com aqueles senhores que tinham o exercício da função pública. Poucas pessoas em nosso país foram tão íntegras e puras nas suas relações com amigos e colegas quanto nosso Iglésias. A ele nossa homenagem e nossa saudade. E ao Brasil que gostaríamos de ter, nossos pêsames.

Em *Historiadores do Brasil*, três são os momentos contemplados: 1500-1838,

1838-1931 e, finalmente, a partir de 1931, o capítulo mais resumido, com tratamento muito conciso, *de orientação enxuta* por ser a historiografia mais conhecida, justifica-se o autor. Creio que se trata de um livro que foi concebido e elaborado como um testamento intelectual, uma síntese de leituras, fruto da erudição, no exercício de uma vida devotada a pensar e repensar o nosso país. Recomen-

damos, pois, ao leitor, de modo especial, as páginas iniciais de autoria de João Antônio de Paula.

A primeira parte, bastante sintética, percorre o período chamado de colonial, e tem como data limite a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Menciona a contribuição das grandes obras de referência, a começar pelo *Catálogo da exposição de história do Bra-*



sil, em três volumes (1881-1883), e, já no campo da história da historiografia, as obras de Nelson Werneck Sodré (1945), de Rubens Borba de Moraes e William Berrien (1949), José Honório Rodrigues (1952, 1963, 1979), além de ressaltar a tarefa de grande importância que coube a Varnhagen, Capistrano de Abreu, Rodolfo Garcia, na *arqueologia* de textos fundamentais. Sinteticamente, faz o balanço da produção historiográfica, em 27 páginas apenas, desde os primeiros cronistas do século XVI, com atenção especial para frei Vicente do Salvador (1627) e outros do século XVII, como Ambrósio Fernandes Brandão, para chegar ao século XVIII com Antonil (1711), Rocha Pita (1730), traçando, a partir de um roteiro de leitura dos conhecimentos anotados por contemporâneos sobre a Amazônia, o Maranhão, e com maiores detalhes, Minas Gerais. Como na Europa, o Brasil também teve o seu momento de construção de um determinado saber histórico, seguindo as pegadas de Niebuhr, Ranke e de uma longa lista de eruditos localizados nas *sociétés savantes* de diferentes regiões francesas, toda uma plêiade de intelectuais de província afeitos a coletar documentação sobre os fatos de sua história local e regional.

O segundo momento é o mais extenso, seguramente o melhor texto, o mais atual, sobre o conjunto da produção historiográfica do século XIX brasileiro, embora Iglésias não tivesse deixado a escrita, na sua íntegra, completa, salvo o

ensaio inicial sobre Varnhagen. No entanto, são cerca de 120 páginas primorosamente pensadas e redigidas por um intelectual erudito, senhor de seu assunto. Assinala, em boa hora, que o IHGB, fundado na esteira do Instituto Histórico de Paris (1833), foi a entidade de maior êxito, mas não propriamente a primeira no Brasil a dedicar-se à história (refere-se aí à Academia Brasileira dos Esquecidos, criada na Bahia, em 1724, e que durou apenas um ano). A irradiação do instituto pelas diferentes províncias do Império resultou em atividades editoriais locais importantes – para citarmos apenas um exemplo, o do Ceará –, fundamentais por seus instrumentos de pesquisa. Indiscutivelmente, a historiografia do século XIX nesse texto de Iglésias será referência obrigatória – e roteiro bibliográfico básico – para nossos alunos e professores de história na introdução de pesquisas arquivísticas e referenciais teóricos. Pelo menos, aí estão arrolados os que, de fato, deram sua contribuição à consolidação de uma historiografia brasileira. Cabe assinalar o pequeno ensaio a respeito de Capistrano (pp. 117-125), sobre quem muito já se escreveu, “um autodidata que soube encontrar o próprio caminho”, diz-nos Iglésias. A intimidade que demonstrar com a obra de Capistrano estende-se a tantos outros, e tão numerosos, que seria impossível arrolá-los e resenhá-los sob risco de omissões imperdoáveis: Tobias Monteiro, Manuel Bonfim, Calógeras, Afonso de E. Taunay, Rodolfo Garcia, e assim por diante. E encerra seu painel

com José Maria dos Santos, também jornalista, também nordestino, como grande parte dos intelectuais aqui mencionados que exerciam o ofício de escrever sobre a história de seu país.

A última fase, 1931 e anos seguintes, corresponde ao período da produção universitária, quando o ser historiador se tornará mais do que um atributo, um ofício (um *métier*, segundo Marc Bloch), profissão regulamentada junto com a do magistério, alvo de fiscalização dos órgãos do MEC, pós-graduação e atividades de pesquisa como parte e etapas obrigatórias do exercício profissional. Nesse momento, ressalta Iglésias, o número se reduzirá às figuras que ele intitula de excepcionais, que marcaram rumos. Por isso mesmo, merecem espaço menor, já que suas obras tornaram-se mais divulgadas e mais conhecidas. Assim, diz nosso autor, explica-se o fato de um Manuel Bonfim ter merecido espaço maior do que Caio Prado Júnior. Nesse ponto, pensa na trajetória do século XVI ao atual e, parafraseando Ortega y Gasset (no prefácio à tradução espanhola da *História da filosofia*, de Émil Bréhier), acrescenta ser possível afirmar que a história da historiografia não é feita só de picos e cumes, mas também de planícies e até depressões (a orografia filosófica é constituída pelo todo, não pelas culminâncias). O marco cronológico – 1931 – diz respeito à reforma do ensino de Francisco Campos.

Nosso autor retoma de forma devida o significado do movimento de 1930 e ar-

gumenta com o fato de o Brasil não ter processos verdadeiramente revolucionários, “já que nas mudanças ocorridas ao longo da história brasileira os grupos dominantes souberam compor-se, de modo a não mudar fundamentalmente o sistema de poder. Trinta foi algo mais, o revisionismo de alguns historiadores recentes, negando-lhe tudo, é sem consistência, alguns não passando mesmo de curiosos exercícios”. Os marcos da mudança estão impressos nesses anos: crescimento demográfico, agitação social com a incipiente industrialização, apesar do fraco desenvolvimento da consciência operária. Assim mesmo o país se transforma perante a evidente crise do liberalismo em plano mundial. Também na educação a mudança é clara. O surgimento de verdadeiras universidades em São Paulo e no Rio de Janeiro ao longo da década de 1930, aliado à reforma do sistema escolar na lei de Francisco Campos, a maré montante da participação popular urbana no curso dos acontecimentos políticos, tudo isso não poderia deixar de imprimir novos rumos às maneiras de se ver e ler o Brasil. A obra de Gilberto Freire, Caio Prado Júnior, Sérgio Buarque de Holanda, Vítor Nunes Leal, e toda uma plêiade de historiadores e cientistas sociais dispostos, cada vez mais, a fazer uma outra leitura do Brasil, a começar das cátedras universitárias, modestas nos anos de 1930 e cada vez mais numerosas, dinâmicas e nacionais, a partir do momento em que crescem e se multiplicam professores, escolas e alunos. Nesse capítu-

lo, embora relativamente curto, em torno de sessenta páginas, Iglésias traça um largo painel do país, suas transformações e a variedade de sua produção intelectual no âmbito das ciências que dizem respeito ao homem e à sociedade no seu conjunto. A província também passa a

gerar conhecimento.

Estamos diante, sem dúvida, de uma leitura obrigatória para nossos jovens e, também, para os menos jovens dispostos a ler, refletir, pensar e repensar o país em que vivemos e trabalhamos. A Iglésias, com gratidão e afeto.